CPI confirma mensalão

Relator da CPI dos Correios relaciona repasse de recursos a votações na Câmara e a inchaço de partidos

RASÍLIA – Mais de seis meses depois de o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) denunciar um esquema de pagamento de mesada pelo PT a partidos aliados, o relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR), foi ovacionado ontem pela oposição ao dizer que os resultados das investigações atestam que "existia um sistema de corrupção de parlamentares" e que é "perfeitamente possível a existência do mensalão".

Ao apresentar o que chamou de "prestação contas" da CPI, um relatório preliminar com 411 páginas, Serraglio listou ontem o que chamou de "quatro padrões" utilizados para o repasse de recursos do caixa dois do PT a partidos da base em 2003 e 2004.

Ele relacionou esses pagamentos a datas de votações importantes na Câmara e ao inchaço das bancadas de partidos aliados.

O relator fambém distribuiu uma planilha na qual define o mensalão como um "fundo de re-



Osmar Serraglio (E) apresentou o relatório de 411 páginas sobre o mensalão

cursos utilizados, especialmente, para atendimento a interesses político-partidários".

Em meio a aplausos e elogios em série da oposição, o relator disse ainda que "mensalão e caixa dois são conceitos que não se excluem" e criticou o PT por não "depurar-se" e afastar os envolvidos nas denúncias de corrupção.

Em coro, a oposição atacou. "Pobre coitado do presidente Lula, que não terá mais coragem de se dirigir ao povo brasileiro para tentar negar aquilo que esse trabalho prova de forma inequívoca", disse o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

A reação de deputados e senadores petistas foi tímida e limitou-se a queixas pelo fato de o relatório não abordar o esquema do publicitário Marcos Valério de Souza, apontado como o operador do mensalão, para financiar a campanha de reeleição do hoje senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao governo mineiro, em 1998.

O PT conseguiu ontem a no-

meação do deputado Maurício Rands (PT-PE) como relator-adjunto da CPI, ao lado do tucano Eduardo Paes (RJ), para tentar buscar provas da ligação de Valério com o PSDB mineiro.

Em nota divulgada ontem após a leitura do relatório preliminar da CPI dos Correios, o publicitário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza reafirmou que os empréstimos bancários contraídos nos bancos Rural e BMG, totalizando R\$ 55 milhões, foram as únicas fontes do esquema do mensalão.

Governo abre os arquivos da ditadura

BRASÍLIA – A ministrachefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, uma das vítimas da repressão, foi a responsável por anunciar ontem que o Arquivo Nacional em Brasília passa a abrigar os documentos do regime militar, transferidos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

ligência (Abin).

"Com a abertura dos arquivos se completa uma trajetória. Ela é pedagógica e serve para aprender o valor da democracia", disse, com os olhos marejados.

"O que está zerado, institucionalmente, é a democracia. Mas não há como apagar a história", ressalvou.

Ela disse acreditar que em duas semanas os arquivos estarão à disposição para consulta pública. Eles englobam os documentos que pertenceram aos extintos Serviço Nacional de Informações, Conselho de Segurança Nacional e Comissão Geral de Investigações, no período de 1964 a 1990. Cópia de todos os papéis ficará no Arquivo Nacional do Rio, por segurança.

Os arquivos são organizados por nomes, mas no futuro também serão por temas.

Parlamentares do PL recebiam "semanalão"

BRASÍLIA – A CPI Mista dos Correios descobriu que o esquema de pagamento de mensalão a deputados poderia ser chamado de "semanalão", no que se refere a parlamentares do PI.

A expressão foi usada na comissão pelo relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). No período de 11 de fevereiro a 17 de março de 2003, foram liberados R\$ 2,6 milhões para os liberais, por intermédio da corretora Guaranhuns, em repasses feitos a cada semana.

Um outro período de "semanalão" teria acontecido de 24 de março a 2 de julho de 2003, com a liberação de R\$ 1,9 milhão, também para o PL.

A não inclusão do uso de caixa 2 em campanhas do PSDB e os poucos dados sobre irregularidades ocorridas durante o governo Fernando Henrique Cardoso, irritou parlamentares do PT.

O relatório fez uma brevíssima referência à campanha do PSDB em 1998, em Minas Gerais, quando o governador tucano Eduardo Azeredo, então candidato à reeleição, recebeu R\$ 11,5 milhões repassados por Marcos Valério e não declarados à Justiça Eleitoral.

Valerioduto movimentou R\$ 2,6 bilhões

BRASÍLIA – Relatório da CPI dos Correios divulgado ontem mostra que as empresas de Marcos Valério de Souza que serviram para montar o esquema de distribuição ilegal de dinheiro a partidos políticos movimentaram R\$ 2,6 bilhões em oito anos.

Esse é o valor de todas as movimentações financeiras encontradas na quebra de sigilo bancário das 11 empresas de Valério, entre janeiro de 1997 e agosto de 2005.

Embora ainda não saiba em que proporção, o relator Osmar Serraglio disse que a CPI começa a provar que parte desses recursos bilionários foi usado no valerioduto, permitindo pagamentos a campanhas políticas e a parlamentares que votaram assuntos de interesse do governo.

Todo o dinheiro corria por meio de caixa 2, sem declaração à Receita Federal e à Justiça Eleitoral.

O relatório apontou as 14 maiores depositantes de recursos nas contas das 11 empresas de Valério, em sua maioria agências de publicidade. O Banco do Brasil é o maior cliente de Marcos Valério e abasteceu as empresas do lobista com R\$ 388 milhões, durante o período analisado.

